



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Rogério Correia)

Apresentação: 27/04/2026 10:55:59.033 - CFT

REQ n.18/2026

Requer a realização de Mesa Redonda na região de no Sul de Minas Gerais, para tratar sobre a elaboração de uma Política Nacional de Terras Raras, Minerais Críticos e Estratégicos.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente nos termos dos arts. 24 XIII e 255, requero a realização de Mesa Redonda na região de no Sul de Minas Gerais, para tratar sobre a elaboração de uma Política Nacional de Terras Raras, Minerais Críticos e Estratégicos, e debater com autoridades políticas e organizações da sociedade civil sobre a realidade territorial com os projetos em curso de mineração de terras raras. Solicitamos, nesse sentido, os seguintes convidados do território afeto:

- Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Serviço Geológico do Brasil (SGB);
- Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Prefeitos Municipais;
- Vereadores Municipais;
- Universidades Federais;
- Institutos Federais;
- Aliança em Prol da APA da Pedra Branca; e
- Movimento Terra Viva Água Rara.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo subsidiar esta Comissão com elementos técnicos e institucionais sobre a necessidade de construção de uma Política Nacional de Terras Raras, Minerais Críticos e Estratégicos, a partir da realidade concreta dos projetos de mineração em curso na região do Sul de Minas Gerais.



* C D 2 6 1 0 4 2 8 9 6 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A exploração desses minerais insere-se em um contexto de elevada relevância econômica e geopolítica, com impactos diretos sobre a estrutura produtiva, a política industrial e a inserção do Brasil em cadeias globais de valor. Ao mesmo tempo, verifica-se a ocorrência de significativa assimetria entre os empreendimentos minerários e os entes locais, o que reforça a necessidade de instrumentos públicos capazes de assegurar adequada repartição de benefícios e desenvolvimento regional.

Sob a perspectiva desta Comissão, a matéria apresenta aderência direta às competências previstas no art. 32, X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente no que se refere à análise dos impactos fiscais e orçamentários, à avaliação de instrumentos de financiamento público e à definição de modelos de governança econômica aplicáveis ao setor mineral.

Destacam-se, nesse contexto, a necessidade de:

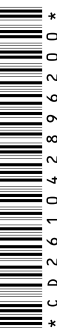
- Avaliar os mecanismos de arrecadação e compensação financeira associada à exploração de minerais estratégicos;
- Examinar o papel de instituições financeiras públicas no apoio a esses empreendimentos, especialmente no âmbito de políticas de transição ecológica;
- Discutir instrumentos regulatórios e econômicos que garantam contrapartidas territoriais, agregação de valor no país e sustentabilidade fiscal.

Adicionalmente, a ausência de um marco nacional estruturado para o setor e a complexidade dos impactos associados à atividade minerária, incluindo seus efeitos sobre economias locais e sobre a organização territorial, reforçam a importância de um debate qualificado e territorialmente informado.

Diante disso, a realização de Mesa Redonda na região do Sul de Minas Gerais permitirá a esta Comissão aproximar-se da realidade concreta dos empreendimentos, promovendo a escuta de autoridades, especialistas e sociedade civil, e reunindo subsídios essenciais para a formulação de políticas públicas compatíveis com o interesse nacional.

Na região do Planalto Vulcânico do Sul de Minas Gerais, onde se concentram projetos recentes de mineração de terras raras conduzidos por empresas estrangeiras, verifica-se um cenário de elevada complexidade caracterizado por forte assimetria econômica entre os empreendimentos e os municípios envolvidos, incertezas regulatórias decorrentes da ausência de marco normativo específico para o setor, e potenciais riscos ambientais e territoriais associados à sobreposição das atividades minerárias com áreas sensíveis, inclusive com passivos ambientais relevantes e histórico de atividades nucleares.

Somam-se a isso preocupações quanto à fragmentação de processos de licenciamento, à limitação da capacidade de participação e negociação dos entes locais, e aos possíveis impactos sobre atividades econômicas consolidadas, como a agricultura familiar, a produção agroindustrial e o turismo, o que tem mobilizado diferentes atores institucionais e sociais em torno da necessidade de maior coordenação pública, transparência e definição de diretrizes nacionais que assegurem que a exploração desses recursos estratégicos ocorra de forma soberana, sustentável e com efetiva geração de benefícios para o território.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

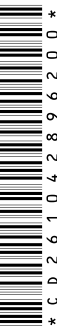
A iniciativa contribui, assim, para o pleno exercício das atribuições da Comissão de Finanças e Tributação, ao qualificar o debate sobre os aspectos fiscais, econômicos e institucionais envolvidos na estruturação de uma política nacional para minerais críticos e estratégicos.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado ROGÉRIO CORREIA
PT/MG

Apresentação: 27/04/2026 10:55:59.033 - CFT

REQ n.18/2026



CD261042896200